

Autárquica e, a partir de 11/98, Chefe de Divisão de Investigação e Estudos Autárquicos (DIEA). Neste âmbito, são de destacar, neste período, o seguinte tipo de funções: (i) dinamização, acompanhamento, avaliação e coordenação de estudos e consultoria de estudos sobre o financiamento, gestão e investimento municipal, a intervenção dos municípios no desenvolvimento económico, a acção internacional dos municípios, as taxas e tarifas municipais, os modelos associativos com participação de municípios e as áreas de privatização municipais; (ii) O acompanhamento dos contratos programa e auxílios financeiros no âmbito da Direcção-Geral das Autarquias Locais; (iii) A coordenação da organização de seminários de debate, nomeadamente sobre os serviços públicos locais; (iv) A preparação de documentos de diagnóstico prospectivo da CCRN sobre a administração local e ordenamento do território no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006; (v) O apoio e acompanhamento à instalação dos Municípios de Vizela e Trofa, no âmbito dos Grupos de Trabalho criados para o efeito; (vi) A coordenação da consultoria no domínio das finanças locais, contabilidade autárquica, informatização municipal e modernização administrativa.

Janeiro/1995 — Julho/1997 — Comissão de Coordenação da Região do Norte. Técnico Superior da Direcção Regional de Ordenamento do Território da Comissão de Coordenação da Região Norte, onde desempenhou funções de acompanhamento e avaliação do sector da Habitação na Região Norte, nomeadamente: (i) diagnóstico da situação da habitação na Região Norte, tanto no que se refere às situações de mau alojamento, carências dinâmicas, estrutura de promoção e produção, etc; (ii) Interrelação das Políticas de Habitação e de Desenvolvimento Regional; (iii) Caracterização das Políticas de Habitação das Autarquias e sua relação com Instrumentos de Ordenamento do Território disponíveis.

1993 — 1994 — 1995 Universidade Fernando Pessoa — Assistente da cadeira de Planeamento e Gestão de Projectos do 5.º ano do curso de Relações e Cooperação Internacional da Universidade Fernando Pessoa, tendo em 1994 sido igualmente Docente da cadeira de Métodos Estatísticos do 3.º ano do curso de Engenharia Publicitária do Instituto Superior Ciências e Investigação Empresarial, ISCIE

Junho/1992 — Dezembro/1994 — Comissão de Coordenação da Região do Norte — Técnico Superior da Direcção Regional de Planeamento e Desenvolvimento, desempenhando funções de avaliação, acompanhamento e monitorização físico-financeira de planos, programas e projectos ligados ao 1.º QCA. Essas funções foram exercidas até Outubro de 1993 como elemento do Secretariado Técnico do PRORAMP e, após aquela data, como: (i) Secretário Técnico do PRORAMP; (ii) Secretário Técnico do Programa Operacional para o Alto Minho, PROAM; (iii) Secretário Técnico Regional das Medidas A — Reforço da malha de Infraestruturas Rodoviárias que servem Núcleos de Concentração Industrial e E-Melhoria de Infraestruturas Básicas de apoio à Actividade Industrial do SubPrograma 1.1 do PEDIP — Infraestruturas de Base. Dentro das funções do Secretariado Técnico incluíam-se nomeadamente: (i) Selecção de Projectos de acessibilidades, saneamento básico, equipamentos e estudos a serem submetidos à aprovação da Unidade de Gestão do PRORAMP e PROAM, de acordo com os critérios definidos para os respectivos Programas Operacionais e após prévia articulação com as Autarquias Locais e restantes entidades executoras envolvidas; (ii) Acompanhamento da gestão financeira e execução material do PRORAMP, PROAM e das Medidas A e E do SubPrograma 1.1 do PEDIP, bem como dos respectivos processos de natureza administrativa, com vista à consecução dos objectivos previamente estabelecidos; (iii) Elaboração de propostas devidamente fundamentadas, tendo em vista a introdução de alterações ao nível das Medidas e ou Projectos previstos nos Programas referidos no ponto anterior; (iv) Preparação das agendas e de todos os elementos informativos de apoio ao funcionamento da Unidade de Gestão e participação nas respectivas reuniões; (v) Realização dos relatórios anuais e finais de execução do PRORAMP, PROAM e das Medidas A e E do SubPrograma 1.1 do PEDIP; (vi) Realização de todas as tarefas indispensáveis à boa execução das diversas intervenções operacionais.

Outubro/1991 — Novembro/1993 — Comissão de Coordenação da Região do Norte — Técnico Superior do Gabinete de Apoio à Área Metropolitana do Porto, salientando-se as seguintes actividades: (i) Estudos de Caracterização e de Estratégia relativos ao Grande Porto; (ii) Projecto de Cooperação no domínio dos Transportes Colectivos entre a Região Norte, Midi-Pyrénées e País Basco; (iii) Acompanhamento de Projectos financiados pelo PRORAMP 90/93; (iv) Contributos para a preparação do QCA II na Área Metropolitana do Porto.

Formador convidado, entre outros: no (i) MBA — Executivo em Gestão Autárquica — Escola de Negócios e Administração; (ii) Curso de Estudos e Formação para Altos Dirigentes da Administração Local — Módulo de “Políticas de Desenvolvimento Local”, CEFA; (iii) Curso “Fundos Estruturais” do Instituto de Gestão da Administração Pública, (iv) curso “Métodos e Práticas de Prospectiva Territorial”,

Departamento de Prospectiva e Planeamento; (v) na sessão “Recursos Comunitários e as Fundações”, Centro Português de Fundações.

25 de Janeiro de 2010. — O Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte, *Carlos Cardoso Lage*.

202861539

Despacho n.º 2446/2010

De acordo com o n.º 1 do artigo 20.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), procedeu, através dos Avisos publicitados, respectivamente, no *Diário da República* 2.ª série, n.º 139, de 21 de Julho de 2009, no *Jornal de Notícias* de 22 de Julho de 2009, e na *Bolsa de Emprego Público*, de 23 de Julho de 2009, com o código de oferta n.º OE200907/0600, à divulgação do procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de Director de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira, previsto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril e alínea e) do artigo 1.º da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril.

Findo o referido procedimento concursal e após ter sido dado cumprimento ao disposto no n.º 5 do citado artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, a escolha recaiu na candidata Maria Margarida Ramos Coutinho Costa Marques Azevedo, tendo o júri concluído, após a apreciação global resultante da avaliação curricular e da entrevista a cada um dos candidatos que a mesma, inequivocamente, demonstrou reunir as melhores condições para o desempenho do cargo a prover.

Efectivamente, em termos de análise curricular, a candidata Maria Margarida Ramos Coutinho Costa Marques Azevedo evidenciou habilitações académicas adequadas e relevantes para a função a exercer, vasta experiência profissional traduzida em execução de actividades inerentes ao posto de trabalho e complexidade das mesmas, elevado número de horas de formação profissional totalmente relacionada com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função na área técnica, e uma excelente avaliação de desempenho nas actividades relacionadas com a mesma.

Na entrevista pública, a candidata revelou uma elevada sensibilidade às questões relacionadas com a gestão financeira, na sua evolução para o POC.

Na componente de sistemas de informação, a candidata tem uma experiência significativa e sábia sobre como abordar as suas diferentes dimensões, desde a gestão de equipas, potenciando as suas capacidades em tarefas relevantes, tais como a gestão de infra-estruturas, a subcontratação ao exterior, o acompanhamento da evolução tecnológica e a preocupação com a qualidade dos serviços, incluindo a recuperação de contingências.

Apresenta uma percepção correcta do seu papel na instituição, interpretando a visão da Presidência e concretizando-a em diversas vertentes, em que se destaca o sistema de gestão “Expedientíssimo”, que inclui, entre outras, uma dimensão relevante de arquivo. Acresce, finalmente, o seu conhecimento profundo da estrutura de gestão dos Programas Operacionais do QREN, essencial para o desempenho da função.

A candidata tem uma elevada experiência e sensibilidade na coordenação de equipas, tendo sublinhado que o grande desafio é o de conseguir o melhor resultado global com as pessoas disponíveis no serviço, aproveitando as suas capacidades intrínsecas. Complementarmente, revela um elevado sentido pragmático na resolução de problemas, apelando, para o efeito, a uma gestão matricial de recursos internos à CCDRN, ou, na sua impossibilidade, ao recurso a *outsourcing*.

Evidencia uma destacável capacidade de iniciativa e grau de criatividade, assim como uma elevada assertividade na explanação do caminho crítico para a concretização de metas previamente fixadas. A este propósito destacam-se diversos exemplos recentes, tais como a preparação do sistema de gestão do PO Regional, a montagem do Expedientíssimo, e a consolidação dos procedimentos para a gestão administrativa e financeira, onde tais atributos foram determinantes para a prossecução dos objectivos fixados pela Presidência e pela Comissão de Gestão do ON.2.

Tem níveis de motivação elevados resultante do conhecimento da organização e do seu prestígio na Região, que conduziu a um profundo interesse em pôr ao serviço da instituição os conhecimentos que adquiriu ao longo da sua vida profissional.

Tem motivação técnica, face à realização de um diagnóstico recente onde foram identificadas as áreas de melhoria institucional em matéria de gestão administrativa, financeira e de sistemas de informação.

Tem ainda uma percepção clara da representatividade da instituição e do contributo que poderá dar para a sua missão.

Atento aos fundamentos supracitados e considerando que a candidata reúne os requisitos legais e o perfil adequado para prover o cargo, para o qual foi aberto o respectivo procedimento, nomeio, nos termos dos

n.ºs 8, 9 e 10 do citado artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, em comissão de serviço, pelo período de três anos, com efeitos a 18 de Janeiro de 2010, a Engenheira Maria Margarida Ramos Coutinho Costa Marques Azevedo, técnica superior do mapa de pessoal da CCDRN, no cargo de Director de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira desta Comissão.

Nota curricular de Maria Margarida Ramos Coutinho Costa Marques Azevedo

Licenciada em Engenharia Electrotécnica pela Universidade do Porto, pós-graduada em Engenharia Electrotécnica e Computadores pela Universidade do Porto e pós-graduada em Métodos Quantitativos em Gestão pela UPBS University of Porto Business School.

Desempenhou os seguintes cargos dirigentes: Directora de Serviços de Gestão da Direcção Regional de Economia do Norte, entre 1999 e 2001; Chefe do Serviço de Estatísticas Sociais da Direcção Regional do Instituto Nacional de Estatística, entre 2001 e 2003; Directora de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira da CCDRN desde 2006 até ao presente.

Iniciou a sua carreira na função pública em 1975 como professora do ensino secundário e como técnica do Ministério da Educação, onde integrou a Comissão Regional do Norte para o Ensino Técnico — Profissional; técnica da CCDRN desde 1986 nas áreas do desenvolvimento regional, do ordenamento do território e do apoio às autarquias; integrou diversas equipas de projecto da CCDRN, como perita de sistemas de informação, de que se destacam o Projecto de Gestão Integrada de Recursos Hídricos da Região Norte -PGIRH/N, o Projecto de Informatização Municipal, o SIAD — Plataforma integradora do Sistema de Informação de Apoio ao Desenvolvimento da Região Norte, Web site da CCRN, Cultura nas Autarquias, Projecto Dyonisos/Recite.

As suas áreas de interesse profissional são a contabilidade e finanças públicas e os sistemas de informação de apoio à decisão nas quais tem feito incidir a sua formação profissional.

25 de Janeiro de 2010. — O Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte, *Carlos Cardoso Lage*.

202861758

Despacho n.º 2447/2010

De acordo com o n.º 1 do artigo 20.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), procedeu, através dos Avisos publicitados, respectivamente, no *Diário da República* 2.ª série, n.º 147, de 31 de Julho de 2009, no *Jornal de Notícias* de 4 de Agosto de 2009, e na *Bolsa de Emprego Público*, de 6 de Agosto de 2009, com o código de oferta n.º OE 200908/0239, à divulgação do procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de Director de Serviços de Ordenamento do Território, previsto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril e alínea b) do artigo 1.º da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril.

Findo o referido procedimento concursal e após ter sido dado cumprimento ao disposto no n.º 5 do citado artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, a escolha recaiu na candidata Célia Maria Gomes de Oliveira Ramos, tendo o júri concluído, após a apreciação global resultante da avaliação curricular e da entrevista a cada um dos candidatos que a mesma, inequivocamente, demonstrou reunir as melhores condições para o desempenho do cargo a prover.

Efectivamente, em termos de análise curricular, a candidata Célia Maria Gomes de Oliveira Ramos evidenciou habilitações académicas adequadas e relevantes para a função a exercer, vasta experiência profissional traduzida em execução de actividades inerentes ao posto de trabalho e complexidade das mesmas, elevado número de horas de formação profissional totalmente relacionada com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função na área técnica, e uma excelente avaliação de desempenho nas actividades relacionadas com a mesma.

Na entrevista pública, a qualidade das respostas demonstrou um domínio profundo das matérias, problemas, conceitos e conteúdos jurídicos.

Consegue de uma forma muito eficaz enunciar prioridades em matéria de ordenamento territorial da região, demonstrando um forte conhecimento da mesma e simultaneamente do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e do Plano Regional de Ordenamento do Território. Tem grande desenvoltura nos problemas do povoamento disperso e dos riscos naturais e tecnológicos. É coerente, consistente e equilibrada no desenvolvimento da questão do crescimento centrífugo das cidades e a urbanização dos territórios. Simultaneamente, os pro-

blemas que afectam as áreas de baixa densidade foram tratados convenientemente, manifestando um domínio claro dos novos paradigmas que afectam a transição do rural.

Tem um bom nível de conhecimento no que diz respeito às competências da CCDR-N relativas à Reserva Ecológica Nacional, nomeadamente, a sua delimitação e gestão, e dos problemas que a região tem de enfrentar.

São do domínio da candidata as áreas estratégicas de protecção e recarga de aquíferos e as áreas de prevenção de riscos naturais, tais como as de instabilidade de vertentes, bem como os problemas que a CCDR-N tem de enfrentar dado o insuficiente conhecimento regional sobre algumas destas matérias. Tem um domínio muito evidente das matérias relativas ao conteúdo do Decreto-Lei n.º 316/2007 e demais legislação recentemente publicada, nomeadamente, a nova regulamentação da classificação e qualificação do solo e a que estabelece os conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo.

Conhece com profundidade a Política de Cidades (Polis XXI) e tem um conhecimento detalhado dos problemas e desafios que se colocam às áreas urbanas consolidadas, às periferias urbanas e às áreas críticas em termos sociais e de sustentabilidade ambiental. Desenvolve as matérias de forma sólida, singular e consequente. Além disso, conhece bastante bem os documentos de orientação comunitária nestas matérias.

Tem capacidade de liderança, de coordenação de equipas e de resolução de problemas.

Tem uma elevada capacidade crítica e uma forma muito renovadora de tratar e desenvolver as matérias. É inovadora, original, articulada e com desenvoltura. Tem ainda capacidade de abordagem e análise dos problemas e uma curiosidade intelectual e uma atitude resolutiva sólida e original. Tem grande capacidade de iniciativa e de decisão, sendo, simultaneamente, ponderada e original.

Tem um grande nível de motivação e interesse para o desempenho das funções de direcção colocadas a concurso, um forte espírito de serviço público, um gosto pelas abordagens interdisciplinares e multiescalares e uma grande coerência de discurso.

Atento aos fundamentos supracitados e considerando que a candidata reúne os requisitos legais e o perfil adequado para prover o cargo, para o qual foi aberto o respectivo procedimento, nomeio, nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 do citado artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, em comissão de serviço, pelo período de três anos, com efeitos a 18 de Janeiro de 2010, a Dra. Célia Maria Gomes de Oliveira Ramos, técnica superior do mapa de pessoal da CCDRN, no cargo de Director de Serviços de Ordenamento do Território desta Comissão.

Nota curricular

Célia Maria Gomes de Oliveira Ramos.

Licenciada em Geografia e Planeamento Regional pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, em 1984, e Pós Graduada em Instrumentos e Técnicas de Apoio ao Desenvolvimento Rural, pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, em 1998.

Ao longo da sua carreira técnica realizou um conjunto de formação complementar em Ordenamento do Território e em Planeamento Regional e Urbano dos quais se salienta a frequência dos cursos sobre “Planeamento Regional e Local”, promovido pela CCRN e pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em 1986, sobre “Planeamento e Gestão de Sistemas de Recursos Naturais”, organizado pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa (ADIST) com o apoio do Fundo Social Europeu e do Ministério do Trabalho, em 1987 (350 horas), sobre “Avaliação de Impactes Ambientais”, promovido e organizado pela CCRN em 1988 e do curso sobre “Acompanhamento de PDM: Instrumentos e Práticas”, IGAP realizado para os técnicos da CCDR-N no âmbito do Programa Operacional da Administração Pública, em 2006 (90 horas).

Experiência profissional:

De Outubro de 1984 a Novembro de 1986, exerceu funções de técnica superior da CCRN, integrando a Direcção de Estudos e Programação e a equipa técnica da Divisão de Infra-Estruturas e Ordenamento do Território tendo realizado um conjunto de estudos na área do Ordenamento do Território e do Planeamento Regional e Urbano.

De Novembro de 1986 a Dezembro de 1991 integrou o corpo Técnico da Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais, da CCRN tendo, nesse âmbito, desenvolvido um diversificado leque de tarefas, nomeadamente a elaboração de estudos e projectos na área do Ordenamento do Território tendo ainda integrado as equipas técnicas que elaboram o Plano Regional de Ordenamento da Zona Envolvente do Douro, e o Plano de Ordenamento da Caniçada.

De Dezembro de 1991 a Junho de 2001, integrou a Divisão de Estudos e Planeamento, da Direcção Regional do Ordenamento do Território da CCRN sendo responsável pela representação e desempenho técnico da DROT/CCRN num vasto conjunto de áreas de intervenção territorial,